



ACÓRDÃO Nº470/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11799/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** André de Santa Maria Binda (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2605/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. André de Santa Maria Binda**, Ordenador de Despesas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, referente ao exercício 2017, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso II, todos estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, quais sejam:
 - a. descompasso entre os registros contábeis e as disponibilidades de caixa do órgão;
 - b. não apresentação da relação dos bens imóveis;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. André de Santa Maria Binda** no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



ACÓRDÃO Nº470/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Recomendar à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM que:

- a) Formalize “Termo de Referência” e não “Projeto Básico” quando for licitar na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do Decreto nº 5.450/05, art. 1º e 9º, §2º e art. 17 e 19, IN/SLTI nº 04/2010;
- b) Indique os recursos orçamentários que assegurem o cumprimento das obrigações assumidas no exercício financeiro nos Termos de Referência e nos Projetos Básicos, nos termos do Decreto nº 5.450/05, art. 30, inciso IV e Lei nº 8.666/39, art. 14, caput;

10.4. Dar ciência à FAPEAM e aos **Srs. René Levy Aguiar, André de Santa Maria Binda** deste Acórdão, encaminhando-lhes cópia do presente *decisum*, bem como do Laudo Técnico e do Parecer Ministerial.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 5 de Junho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral